

ANTONIO COSME - 03/08/2015

DEPUTADOS durante sessão: projeto de resolução que cria cargos comissionados tramita em regime de urgência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Criação de 26 cargos deve ser votada hoje

Antes de ir a plenário o projeto, que é da Mesa Diretora, deve receber o parecer de duas comissões. Gasto anual será de R\$ 112 mil

Vitor Carletti

A criação de 26 cargos comissionados prevista no Projeto de Resolução 45/2015 de autoria da Mesa Diretora deve ser votada na sessão de hoje da Assembleia Legislativa.

Para a votação ocorrer, o presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, o deputado estadual José Carlos Nunes (PT), precisa apresentar o parecer da comissão.

Ele pediu vista do projeto para analisar a necessidade da criação dos cargos que prevê gasto anual de R\$ 112 mil. "Iremos apresentar na sessão de amanhã (hoje) o posicionamento da comissão. Não posso adiantar os fatores que poderão influenciar a decisão da comissão".

Após o parecer da Comissão de Cidadania, o presidente da Comissão de Finanças, o deputado Dary Pagung (PRP), deverá apresentar seu posicionamento sobre o assunto para o projeto poder ser votado.

Pagung já avisou: "Não posso garantir que daremos o parecer amanhã (hoje) nem qual será o posicionamento da comissão".

Presidente da Casa, o deputado Theodorico Ferrazo (DEM) disse que só atendeu a pedido de quem trabalha nas comissões para criar novos cargos porque há CPIs em

andamento que podem trazer lucro para o Estado.

"Se não existisse a possibilidade de lucro, jamais admitiria a criação dos cargos. Por exemplo, a CPI da Sonegação poderá trazer R\$ 8 bilhões aos cofres públicos", disse.

O líder do governo na Assembleia, o deputado Gildevan Fernandes (PV), disse que criar mais cargos no momento não é oportuno. "Se houver necessidade da criação, defendendo reduzir o número de cargos", adiantou.

Os novos cargos inicialmente foram justificados porque se cogitava passar de cinco para 10 o número de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Casa. No entanto, a Comissão de Justiça e Cidadania deu parecer contrário à multiplicação das CPIs, mas se manifestou favorável à manutenção da criação dos cargos.

PLENÁRIO

plenario@redtribuna.com.br

O gatilho da corrupção

A doação de empresas a campanhas eleitorais, por meio dos partidos, foi aprovada pela Câmara Federal com a contribuição de quatro parlamentares capixabas – Lelo Coimbra, Marcus Vicente, Evair de Melo e Carlos Mannato. Ao todo, foram 317 votos a favor e 162 contra, na "reforma" política da Casa.

Considerada o gatilho da corrupção no setor público, até mesmo envolvidos na Operação Lava a Jato – que desarticulou o maior esquema de fraudes envolvendo uma estatal, empresários e políticos do País – já afirmaram que não existe doação de campanha, mas sim empréstimos a juros altos.

"Da forma que está hoje, defendendo que as empresas não poderiam fazer a doação, pois não existe nenhum dispositivo jurídico ou legislativo para se evitar e combater a corrupção", afirmou o advogado eleitoral Marcellus Ferreira Pinto.

* * *

CPI convida prefeitos

Os prefeitos Luciano Rezende (Vitória), Audifax Barcelos (Serra), Rodney Miranda (Vila Velha) e Juninho (Cariacica) foram convidados para depor hoje na CPI da Máfia dos Guinchos, na Assembleia.

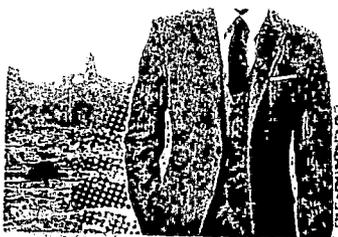
Um dos objetivos é questionar o funcionamento do processo de remoção de veículos, já que a responsabilidade é do município.

Ocupação em São Pedro

O vereador de Vitória Wanderson Marinho aproveitou a visita do vice-governador, César Colnago, à Câmara da capital e entregou uma indicação para que seja feita uma "ocupação social" na Grande São Pedro.

"Essa medida só trará benefícios para nossos jovens que precisam cada vez mais de nossa atenção", justificou o vereador.

* * *



Capixaba toma posse no CNJ

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se reúne amanhã e vai contar com a participação de um novo conselheiro.

O advogado Luiz Cláudio Silva Allemann, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho, assume uma das 15 cadeiras na abertura dos trabalhos, na vaga da ex-conselheira Gisela Gondin. Capixaba, Allemann é especializado na área tributária.

* * *

Elegância é tudo

A deputada Luzia Toledo presidia a sessão da Assembleia na última quarta-feira quando o deputado Rodrigo Coelho pediu a palavra e subiu à tribuna para discursar.

Luzia não se aguentou e soltou: "Lá vem Rodrigo, todo elegante, com toda pluma, vindo de Cachoeiro..." O deputado riu.

* * *

Metade fica fora do ponto na Câmara da Serra

A regulamentação do ponto biométrico na Câmara da Serra será votada na sessão de hoje. Porém, já se sabe que mais da metade dos funcionários comissionados dos vereadores ficarão fora da fiscalização.

Consta no Termo de Ajuste assinado entre a Câmara e o Ministério Público que oito dos 15 assessores de cada parlamentar não precisarão bater o ponto, já que vão desempenhar trabalho externo.

* * *

SAIBA MAIS

Aumento de CPIs

A CRIAÇÃO dos 26 cargos comissionados tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa e é uma das medidas do Projeto de Resolução 45/2015 que previa passar de cinco para 10 o número de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Casa.

A COMISSÃO DE JUSTIÇA, porém, deu parecer contrário ao aumento do número de CPIs e manteve parecer favorável à criação dos cargos.

PRESIDENTE da Comissão de Cidadania da Casa pediu, no último dia 12, vista para relatar a matéria e analisar a necessidade dos cargos.

A CRIAÇÃO dos 26 cargos comissionados para atuar nos trabalhos das CPIs vai criar um gasto anual de R\$ 112 mil aos cofres do Legislativo.

OPINIÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS



JOSÉ CARLOS NUNES (PT)



THEODORICO FERRAZO (DEM)

"A prerrogativa para a criação dos cargos na Assembleia é da Mesa Diretora. Iremos analisar a necessidade de criá-los".

"Não sou a favor nem contra. Atendi a pedido vindo das CPIs, que poderão trazer R\$ 8 bilhões para os cofres do Estado".



DARY PAGUNG (PRP)



GILDEVAN FERNANDES (PV)

"A informação que eu tenho é que existe a necessidade dos cargos nas CPIs da Casa. Vamos analisar com calma".

"O momento para criar cargos na Assembleia não é oportuno. O governo não fez recomendação sobre esse projeto".